

JUVENTUDES E ESCOLARIZAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA NA VIDA DOS JOVENS

Maria Alcilene Vitória Batista Aires¹

Aracele Barbosa Gomes²

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a categoria social juventudes enquanto sujeitos que atualmente ocupam os espaços das escolas brasileiras no Ensino Médio, buscando compreender sobre o papel da Escola e o processo educacional pelo qual passam esses jovens, visando apreender sobre a importância desse meio de socialização para esse heterogêneo segmento de nossa sociedade, diversos no contexto econômico, político, social e de perspectivas de vida particulares. Temos como principais objetivos, compreender como se dão as relações cotidianas com as “diferenças” nas relações interpessoais estabelecidas no dia a dia escolar, haja visto a adesão a grupos que se formam na escola. Com a intenção de discutirmos sobre as concepções de juventudes, faremos uso das reflexões teóricas de estudiosos que nas últimas décadas têm trazido relevantes contribuições em relação a temática como Dayrell (2006), Dayrell e Carrano (2014), e Freitas (2005). Para compreendermos sobre as práticas, vivências escolares e o papel da escola na vida dos jovens estudantes, utilizaremos Bourdieu e Passeron (2013), Dubet (2003), e Lima Filho (2014), caracterizando assim, uma pesquisa bibliográfica. De acordo com tal pesquisa podemos perceber que a escola se apresenta também enquanto mecanismo de exclusão, já que preconceitos e estereótipos são criados, reforçados e reproduzidos nessas relações. Salientamos que tal pesquisa não apresenta análise conclusiva sobre o assunto, considera-se importante uma pesquisa empírica que averigue as percepções de cada jovem em relação a tal realidade.

Palavras-chave: Juventude(s), Preconceitos, Escolarização, Ensino médio.

INTRODUÇÃO

Pensar sobre a fase juvenil dos seres humanos, é pensar sobre um momento de nossas vidas que foi vivido, que está sendo atualmente, ou que ainda virá, tendo em vista que tal fato é classificado como geracional. Porém algo é certo, passar pelos “dilemas” de ser jovem em nosso país nos coloca frente a diversas situações, sejam de emoções, de descobertas, de decepções, de vitórias, de lutas, de sofrimentos, enfim, pensemos em: conquistas e desafios. Levando em consideração o tempo (cronológico) e o lugar (contexto social), bem como as mudanças ocorridas, em especial dos anos de 1990 aos dias atuais, tendo em vista que é nesse recorte de tempo que nos deparamos sobre a maior parte de materiais de estudos e produções sobre tal temática. Vale salientar que até esse período, esse segmento de nossa sociedade sofria

¹ Mestranda do PROFSOCIO na Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA; alcilenevitoria@hotmail.com.

² Mestranda do PROFSOCIO na Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA; aracele_sume@hotmail.com.

um processo dito, de “invisibilidade social”, e o que contemplava era criança ou adulto, apenas. Consequentemente, muitos direitos foram cerceados e impedidos de serem vivenciados por jovens de gerações passadas, como por exemplo, o direito a estudar, ou seja, o acesso ao processo educacional.

Hoje, ao discutirmos sobre juventudes no Brasil, e levarmos o nosso olhar para os espaços da Escola, consequentemente as discussões recaem sobre o acesso à educação que lhes são “garantidos” e “assegurados” pela lei maior do nosso país, a Constituição Federal Brasileira de 1988. Todavia, esse direito que foi fruto de conquistas, nem sempre assistiu a todos de maneira igualitária, por muito tempo, esse acesso foi negado, especialmente a pobres, negros, mulheres, índios, quilombolas, enfim, aos integrantes de grupos tidos como “minorias” em nosso país.

Diante de tudo isso, uma série de questões são importantes de serem pensadas no tocante à categoria Juventudes, como também às mudanças ocorridas no processo de escolarização desses sujeitos, bem como o papel que tem a Educação na vida dos estudantes, público heterogêneo que encontram-se nos espaços das escolas, com perspectivas e realidades distintas e particulares haja visto as especificidades de modos de vida de cada um.

Esse trabalho acadêmico é fruto de uma busca por compreender esses “múltiplos olhares” sobre o papel que tem a escola para os jovens, e tal interesse surge no ano de 2018 com o ingresso na turma de Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFSOCIO), ofertado pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus CDSA, Sumé – PB, seguindo a linha de pesquisa 2 - Juventudes e questões Contemporâneas. A vivência profissional com esse público de jovens estudantes do Ensino Médio no contexto de tantas mudanças vividas atualmente, e em meio a tantas outras questões, algumas dessas abordadas nas aulas de Sociologia, fizeram com que viesse à tona a busca por compreender um pouco mais sobre tal universo e por conseguinte, tais fatos justificam o interesse por tal linha de pesquisa. Cito aqui Max Weber (2005), que diz que a ciência não pode ser neutra, uma vez que a escolha do objeto a ser estudado está carregada de interesses.

Para tanto, o presente artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica amparada em autores que são referências nos estudos sobre Juventudes no Brasil e os desafios do processo de escolarização vivenciado por esses jovens que estão cursando o ensino médio nas escolas de educação básica.

JUVENTUDE(S): UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA E ESUS DESAFIOS

Pensar sobre juventude/juventudes no Brasil é pensar uma categoria social que em um período de tempo recente, tem ganhado força e espaços em importantes discussões, tanto nos âmbitos acadêmicos, quanto no que se refere às políticas públicas, e isso tem colocado o segmento juvenil como pauta de conhecimento, de ações e também de intervenções. Essa temática vem despertando o interesse de pesquisadores dos diferentes campos dos saberes, em especial das Ciências Humanas e Sociais, constituindo-se enquanto objeto de estudo, um campo para inúmeras discussões, reflexões e abordagens sociológicas, pedagógicas e antropológicas às quais buscam analisar mudanças físicas, comportamentais e psicológicas que se desencadeiam nessa fase da vida, tratando-a dentro de uma múltipla dimensão social, histórica, cultural e relacional.

Autores como Karl Mannheim, Marialice Foracchi e Pierre Bourdieu, a partir da década de 1920, foram os teóricos que deram início às discussões acerca da juventude como categoria conceitual, caracterizando-a não apenas como uma faixa etária ou ligada a fatores biológicos. Atualmente, o jovem é visto como um novo ator político e social nos diversos contextos em que está inserido, o que vem instigando pesquisadores, em especial os ligados às Ciências Sociais, a entenderem o segmento juvenil inserido em um processo de interação com os demais segmentos sociais, reconhecendo sua importância como categoria analítica a partir, dentre outros campos do saber, de uma Sociologia da Juventude.

As diversas discussões acerca do termo juventude remetem a uma série de definições divergentes, como uma faixa etária, um contingente populacional, uma categoria social ou uma geração. No entanto, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo o seu fim marcado geralmente pelos seguintes acontecimentos: terminar os estudos, viver do próprio trabalho, sair da casa dos pais e ter sua própria casa, casar, ter filhos, ser independente (FREITAS, 2005). Tais condições desencadeiam-se em fatores que definem a condição de adultos, pois assim superam o período de preparação, estando aptos a produzir e reproduzir a vida em sociedade e assumindo as responsabilidades pela sua condução.

Por ser esta uma categoria socialmente produzida, precisamos levar em consideração as representações sobre a juventude, os sentidos atribuídos a essa fase da vida, assim como o tratamento e a posição social dada aos jovens pela sociedade, atribuindo a estes significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. Como enfatiza Brumer (2007), existe hoje uma tendência na consideração da faixa etária para definir o período da juventude,

sendo esta considerada de 15 a 24 anos, essa noção depende tanto da autoidentificação como do reconhecimento de outros. Outros estudos apontam que o período considerado de juventude estende-se até os 29 anos de idade.

A juventude é, portanto, um período de descobertas, experimentações e afirmações, sendo esta uma fase complexa de tomadas de decisões, seja no que se refere a escolhas profissionais, estudar ou não ou na definição de começar a trabalhar. Portanto, pode-se dizer que é um universo caracterizado por cobranças e opressões. De acordo com Dayrell e Carrano,

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. (...) o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.112).

Tomando essa concepção como referência, podemos compreender que as distintas condições sociais e econômicas, as estruturas familiares nas quais estão inseridos, a diversidade cultural, as diferenças territoriais, a diversidade de raça e de gênero, entre outros elementos se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude.

Daí a necessidade de se falar e conceber diferentes “juventudes”, ou seja, em um sentido mais amplo das heterogeneidades que se apresentam e que se possam visualizar entre os adolescentes e jovens, buscando assim construir uma noção de juventude em torno de dois eixos, a saber: como aparente unidade e como diversidade.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)³, temos uma média de 51,3 milhões de jovens entre 15 a 29 anos vivendo atualmente no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Fazendo uma breve descrição nos últimos 50 anos do século XX sobre a juventude e suas condições de visibilidade na sociedade brasileira, podemos destacar que nas décadas de 1960 e 1970, os jovens brasileiros eram identificados pelos movimentos estudantis e o pertencimento às camadas médias. Já na década de 1980, as metrópoles passam a apresentar várias “tribos” e subculturas juvenis, com características próprias das camadas populares. Nesse sentido, é importante destacar que a visibilidade dos jovens nos espaços urbanos é também simbólica, pois manifesta-se em diferentes estilos de vida, tipos de linguagem e formas de relações sociais. É somente a partir da década de 1980 que os jovens pobres, passam a fazer parte do cenário social, demarcando territórios e

3 Dados obtidos através do site do IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1866&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas&view=noticia>. Acesso em 01 setembro de 2018.

apropriando-se de diferentes espaços urbanos, bem como passando a ter acesso ao processo de escolarização.

A ampliação do acesso ao Ensino Médio e conseqüentemente o aumento de matrículas efetivadas nas redes de ensino trouxe à tona algumas questões, principalmente o fato de esse não vir acompanhado de políticas e ações governamentais que tivesse como objetivo primar pela qualidade necessária do ensino. A inclusão do Ensino Médio no âmbito da educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, reconfigurou a educação secundária que tradicionalmente era reservada às elites econômicas e intelectuais, como um patamar básico de escolaridade que todos os brasileiros deveriam ter, e isso contribuiu diretamente para uma mudança no perfil dos estudantes nas escolas, essa expansão e democratização do acesso trouxe para o interior dos educandários a diversidade cultural das juventudes e também as desigualdades sociais e econômicas que marcam suas condições.

Foi a partir de meados da década de 1990 que alguns estudiosos buscaram compreender os jovens para além dos estereótipos que os define ao estigma⁴ de “jovens de risco”, procurando apreender a realidade dos sujeitos, tanto nos aspectos materiais como simbólicos, considerando as manifestações juvenis como legítimas, e que deveriam ser estudadas, compreendidas e apropriadas, com o intuito de apreender suas novas referências na rede de relações sociais. Tais estudos abrangeram não só o campo da sociologia, mas da educação também.

Entretanto, é necessário continuar empreendendo esforços no sentido de compreender esse jovem sob olhares que busquem pensar os seus ideais e os seus modos de vida, respeitando o caráter de heterogeneidade para a partir daí pensarmos os temas presentes em seus próprios discursos, sem partir de objetos previamente estabelecidos que podem condicionar uma visão antecipada do que importa ou do que deveria importar para ele. Afinal, estamos pensando em situações que envolvem distintas gerações, e cada uma delas, por levarmos em conta o fator “tempo” (cronológico), vivem determinadas fases de maneiras diferentes. Porém, é pertinente analisarmos as representações sociais que estes jovens estão construindo partindo dos seus próprios posicionamentos.

JUVENTUDES E O PAPEL DA ESCOLA: MUDANÇAS E DESAFIOS

4 Conceito utilizado por E. Goffman (1988) para referenciar uma identidade deteriorada, devendo, portanto ser combatida e evitada, pois é tida como um mal dentro da sociedade. De modo que, para a sociologia o conceito de estigma social está relacionado à categorização de um grupo por outro, conferindo-lhe um grau inferior de status social. Atribuir um estigma está relacionado com as prenoções, os preconceitos, os esterótipos e o medo do desconhecido que fazemos sobre os outros.

É importante destacarmos que para público jovem atualmente, a escola é talvez, o lugar mais importante de socialização entre tais sujeitos, pois eles estão numa idade na qual o grupo, assim como, o sentimento de “pertencimento” aos grupos, tem uma relevância especial, o que faz com que muitas vezes, surjam no contexto escolar uma diversidade significativa de conflitos, que podem resultar em problemas sérios. Dessa maneira, a escola constitui espaço de construção de diferentes saberes, de convivência, de socialização, e também de divergências, conflitos e violência.

Os estudos sobre escola realizados por Bourdieu e Passeron (2013), nos apresentam e sugerem que os ambientes escolares não são imparciais, e não transmitem saberes a todos, levando em consideração o caráter de heterogeneidade das turmas, resultando assim em uma realidade injusta, no sentido de que reflete muitas vezes os interesses da cultura das classes dominantes. Uma vez que, esta trata de maneira igual àqueles considerados diferentes socialmente, sejam no que se refere aos direitos como aos deveres. Nesse sentido a escola acaba por privilegiar os que por sua herança cultural já são privilegiados.

Não são levados assim, em consideração aspectos individuais desses grupos que apresentam heterogeneidades, seja em relação a seus lugares de origem ou onde residem, seja relacionado a aspectos econômicos, de diferenças religiosas, orientações sexuais, ou de qualquer outra ordem, conduzindo os discursos a serem tratados como sendo todos iguais, mascarando assim problemas como relações preconceituosas e de violência que muitos jovens sofrem nos interiores das escolas, tanto por parte de outros jovens como também por parte dos profissionais que formam esses educandários, muitas vezes esse fenômeno é encoberto através dos discursos de uma escola democrática mas que nas suas práticas pedagógicas diárias supervaloriza uns em detrimento de outros, ou seja, segregam, excluem.

Concordando com Dubet (2003), no final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são privilegiados em detrimento dos demais por um conjunto de mecanismos sutis, próprios do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente linguísticas. Apela a competências muito particulares referentes aos conhecimentos das regras ocultas do sistema. A escola espera que os pais sejam pessoas informadas, capazes de orientar seus filhos e ajudá-los com eficácia nas suas tarefas. Ao mesmo tempo, fica claro que essa expectativa é cada vez maior. Quanto mais os métodos pedagógicos

são “ativos”, mais eles mobilizam os pais, seus recursos culturais e suas competências educativas.

Segundo Dayrell (2006), torna-se necessário compreender as práticas e símbolos dessa categoria como a manifestação de um novo modo de ser jovem, expressão das transformações ocorridas nos processos de socialização. E a escola deve preocupar-se em reconhecer que enquanto instituição social é constituída por sujeitos de diferentes contextos e realidades, que possuem distintas visões de mundo, valores morais e religiosos, tradições e preconceitos que se distinguem. Entretanto, as escolas muitas das vezes reforçam a identidade desses jovens como simplesmente, “alunos”, sendo essa apresentada enquanto uma condição natural, quando seria válido um olhar voltado para pensar as visões, objetivos e dificuldades enfrentados por estes em seus cotidianos, bem como trabalhar com esses alunos no sentido de contribuir para os seus objetivos pessoais.

É nas escolas onde percebemos grandes possibilidades de formações de grupos. Esses agrupamentos nascem da articulação, localizada regionalmente, de partícipes do mesmo estilo de vida. Entretanto, além de promover sociabilidades, uma das principais funções do agrupamento envolve a vigilância e a defesa dos valores próprios do estilo, segundo Lima Filho (2014).

De acordo com Dubet (2003), após a década de 1960, todas as grandes pesquisas e as grandes teorias desenvolvidas pela Sociologia da Educação demonstram obstinadamente e colocam em evidência o peso dos processos de seleção escolar propriamente dita. Um sistema que seleciona inferiorizando alguns em detrimento de outros. É o modelo da reprodução que se impõe globalmente, afirmando que a massificação escolar não reduz as desigualdades escolares, que “reproduzem” largamente as desigualdades sociais. Quaisquer que sejam as nuances introduzidas nessa análise, o mesmo fato se impõe a todos: é a própria escola que opera as grandes divisões e as grandes desigualdades. O sistema está fechado. Abrindo-se, a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua “natureza” reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares. E numa sociedade em que significativa parcela economicamente ativa são desempregados, os mais desqualificados do ponto de vista da escolarização têm todas as chances de conhecer a exclusão social.

De fato, estereótipos⁵ são construídos e perpetuados, o que determinam o julgamento que fazemos dos outros e em determinadas circunstâncias, é atribuído um valor diferenciado ao

⁵ De acordo com o sociólogo Goffman (1988), o estereótipo se relaciona com o estigma social nos processos de construção dos significados através da interação. Entende-se por estereótipos as generalizações que as pessoas

indivíduo. O espaço escolar é pra ser vivenciado enquanto um retrato de coletividades, em termos de aspectos regionais, políticos, econômicos, sociais, onde esse caráter de diversidade e heterogeneidade, repleto de particularidades inerentes aos sujeitos e suas vivências, as problemáticas e anseios de cada um, sejam levados em consideração e respeitados. Evitando-se assim um conjunto de problemas sociais, que corroboram para por exemplo, o abandono escolar, o que caracteriza práticas aparentes de exclusão promovidas pelos agentes que são responsáveis por desenvolver estratégias didáticas de incluir esses sujeitos igualmente no espaço escolar, no intuito de minimizar práticas que ferem os direitos de cada ser humano.

A partir daí, do reconhecimento das diferenças, os sujeitos percebem não pertencerem aos mesmos grupos, e a desvinculação desse indivíduo do convívio dos agrupamentos nos recorda a discussão em Erving Goffman em sua obra *Estigma*, (1998) nos mostrando que o estilo de vida se faz pela observação de suas regras e valores, daí a necessidade de exibí-los constantemente, por isso mesmo, não convém aos seus membros estarem na presença aos “outros”, os “de fora”, que “sujam” a legitimidade daquilo que professam. Como nos mostra Lima Filho (2014), o indesejado é excluído, no cotidiano escolar, percebemos esse ato através de brincadeiras, “tirar onda”, difamação, ou mesmo violência física. Aquelas situações que no dia a dia escolar precisam ser percebidas, combatidas e reparadas como formas de buscar minimizar todo tipo de exclusão.

É portanto, de fundamental importância que a escola atue enquanto mecanismo de combate a práticas preconceituosas e excludentes que muitas vezes acabam por reforçar situações de rotulação e segregação dos sujeitos que acabam por gerar classificações entre os jovens, no sentido de fazer com que estes sintam-se, não diferentes dos demais, mas que gere uma sentimento de inferiorização em relação aos demais, resultando assim em uma série de problemas, a começar pelo rendimento intelectual desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visa contribuir com as discussões acerca do processo de escolarização vivenciado pelos jovens brasileiros no nível de Ensino Médio da educação básica, problematizando as suas vivências nesse contexto de conviver com diferentes sujeitos ou

fazem sobre as características ou comportamentos de grupos sociais específicos ou tipos de indivíduos. A sociedade institui como as pessoas devem ser, e estabelece esse “dever ser” como algo natural e normal. Um estranho em meio a essa naturalidade não passa despercebido, pois lhe são conferidos atributos que o tornam diferente.

diferentes grupos de sujeitos, o que constitui para a escola um desafio no tocante a assegurar um ambiente aos educandos livre de preconceitos, segregação e violência.

Portanto essas manifestações de processos de exclusão que acontecem no contexto escolar devem constituir uma preocupação pra os envolvidos na área (Professores, Gestores, Coordenadores...), no sentido de buscar mecanismos de enfrentamento dessas situações, haja vista os danos que podem causar aos sujeitos que são vitimados por tais condutas. É importante analisar o contexto da escola e o papel do ensino médio na vida desses sujeitos, sob as suas próprias percepções, dando a estas oportunidades democráticas de defesa de seus pensamentos, das suas falas, de suas perspectivas de vida.

E trabalhar com essas falas no sentido de procurar sanar algumas das consequências trazidas por esse mal. Destarte, cabe à escola desenvolver estratégias que viabilize garantias de um tratamento digno a cada jovem/aluno no sentido de possibilitar um ambiente livre de violência e com condições de integrar-se à comunidade escolar como todo, bem como estabelecerem relações harmônicas, livres de violência para as suas vidas e ensiná-los a participarem efetivamente do processo educacional enquanto verdadeiramente protagonistas de tal processo.

Portanto, mediante os dilemas que resultam dessas situações, precisamos propor e assegurar aos jovens um ambiente escolar onde os seus direitos não sejam negados e nem feridos, onde as diferenças não os classifiquem em inferiores e superiores, onde suas vozes não sejam caladas, e onde suas experiências sejam além de respeitadas levadas em consideração, e conseqüentemente que os estereótipos que pressupõem situações de preconceitos sejam quebrados, permitindo assim que entendamos o próprio modo de ser, de agir e de pensar desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BOURDEIU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2013.

BRUMER, Anita. A Problemática dos jovens rurais na Pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauá X: 2007.

DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Texto apresentado no Simpósio Internacional “Ciutat.edu: nuevos retos, nuevos compromissos”, realizado em Barcelona, em outubro de 2006.

DAYRELL, J. **Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola**. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C.L. (Org.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. p. 101-133.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, nº. 119, jul/2003, pp. 29-45.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>> Acesso em: 06 maio 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: LTC Editora, 1988.

LIMA FILHO, Irapuan P. Culturas Juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais – UFC**, Fortaleza, Vol.45, N.1, Jan-Jun, 2014.

WEBER. M. **Ciência e Política: Duas vocações**. Edição original de 1919; Editora Martin Claret: SP, 2005.